

PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 22 DE SETEMBRO DE 1997

*Excelentíssimo Senhor Presidente da República de Costa Rica, José Maria Figueres; Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado; Senhor Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, Dr. Félix de Bulhões; Senhor Vice-Presidente do World Business Council for Sustainable Development, Senhor Stephan Schmidheiny; Senhores participantes desta Primeira Conferência Latino-Americana de Desenvolvimento Sustentável e de Competitividade; Senhoras e Senhores,*

O Brasil e a América Latina mudaram. Cada vez mais nossas sociedades empenham-se em discutir alternativas e em examinar parcerias, democraticamente, para a construção de um futuro mais justo para os nossos povos.

É esse processo dinâmico que fez com que o desenvolvimento sustentável se tornasse, hoje em dia, um compromisso compartilhado não só pelos governos da região, por ONGs e por movimentos sociais, mas também por agentes econômicos e, em particular, pelo setor produtivo.

Quero cumprimentar os responsáveis pela valiosa iniciativa da realização desta Primeira Conferência Latino-Americana para o Desenvolvimento Sustentável e de Competitividade.

É com prazer que sublinho o papel relevante que, no debate sobre as questões ecológicas, vem desempenhando a Costa Rica, país que participa deste evento na pessoa de sua mais alta autoridade, o Presidente José Maria Figueres, a quem quero saudar e dizer, mais uma vez, porque há pouco tive a oportunidade de fazê-lo, da alegria que nos traz a sua presença em Brasília. Pelas realizações notáveis que encontramos em seu território e por sua participação pessoal ativa nos foros multilaterais relacionados com o desenvolvimento sustentável, a Costa Rica é hoje reconhecida como uma referência importante no mundo, quando se fala em questões ambientais.

Este ano de 1997 tem oferecido oportunidades excepcionais para refletir sobre o tema do desenvolvimento sustentável.

Em março, participei da Conferência Rio+5, que permitiu a ONGs, empresários e demais representantes da sociedade civil discutirem os avanços e deficiências na implementação das decisões da Conferência do Rio de 1992.

Três meses depois, líderes de todo o mundo reuniram-se na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, para avaliar o que foi feito e o que ainda é preciso fazer para colocar em prática a parceria global forjada em 92. Foi uma reafirmação, perante a opinião pública mundial, da importância atribuída à temática do desenvolvimento sustentável e da necessidade de continuarmos a buscar formas criativas de construir a sustentabilidade do planeta.

Foi com esse ânimo que, juntamente com os Chefes de Governo da Alemanha, da África do Sul e de Cingapura, lançamos, em junho último, durante a Sessão Especial da Assembléia Geral, a Iniciativa Conjunta Global para o Desenvolvimento Sustentável, que busca redimensionar e revitalizar a agenda ambiental internacional.

E aproveito aqui para agradecer ao Ministro Krause e à Doutora Aspásia Camargo a possibilidade de termos chegado a essa iniciativa.

Queríamos demonstrar como quatro países, com diferentes graus de desenvolvimento e em distintas regiões do planeta, podem agir em

conjunto, indo além das promessas retóricas e procurando transformar em realidade concreta as diretrizes da Agenda 21.

É sempre oportuno recordar o que representou, para a comunidade internacional, a Conferência do Rio. Após décadas de diálogo frustrado entre o Norte e o Sul e de uma agenda internacional ditada pelas limitações da Guerra Fria, foi possível alcançar uma convergência única de interesses e de preocupações. O mundo passou a entender definitivamente que os benefícios do progresso poderiam perder-se diante de formas de crescimento que não respeitam nem o homem e nem o meio ambiente.

É impossível pensar o futuro, sobretudo do marco da globalização, sem levarmos em conta os ideais da sustentabilidade.

Há pouco tempo, disse numa entrevista que, para o homem contemporâneo, a busca da felicidade envolve necessariamente a preocupação com o meio ambiente. Ninguém pode ser feliz diante da perspectiva da destruição do futuro de seus filhos. A consciência ambiental tornou-se, hoje, dimensão indissociável da cidadania. A meta do desenvolvimento sustentável é parte do processo democrático e objetivo necessário de qualquer sociedade nacional e da própria humanidade como um todo.

Passados dez anos do Relatório Brundland e cinco da Rio 92, lembro que o conceito de desenvolvimento sustentável foi inicialmente recebido com desconfiança pelos países em desenvolvimento.

Parecia, na época, que qualquer adjetivação ao termo “desenvolvimento” implicava uma limitação a esse conceito.

Recordava, há pouco, ao Presidente Figueres que eu tive, pessoalmente, a possibilidade de participar, depois da Conferência de Estocolmo, de uma série de reuniões na Suécia, organizadas pela Fundação Dag Hammarskjöld – eles publicam lá uma revista chamada *Development Dialog*. Nessas reuniões, tentávamos, então, formalizar uma alternativa das visões prevaletentes sobre desenvolvimento. E havia uma imensa incompreensão, mesmo no meio acadêmico, sobre a possibilidade, ou a necessidade, de qualificar esse desenvolvimento, por um lado, mas, de outro lado, de atar o conceito de desenvolvimento à idéia de meio ambiente e à idéia de sustentabilidade.

Se era assim no meio acadêmico, é compreensível que foi necessário um vigoroso esforço de negociação internacional para se chegar a uma definição universalmente aceita do desenvolvimento sustentável. E, nessa definição, estavam assegurados o respeito à soberania dos Estados, a existência de um meio internacional propício ao desenvolvimento e a ênfase nos efeitos deletérios da pobreza sobre a base de recursos naturais. Não se perderam de vista, assim, os aspectos sociais do desenvolvimento, que nos preocupam de maneira fundamental.

É preciso, contudo, reconhecer, como disse nas Nações Unidas, que as mudanças que a Conferência do Rio provocou nos conceitos e princípios da política e economia internacional não têm sido ainda suficientes para fazer avançar, de modo decisivo, a luta contra a pobreza. A qualidade de vida de centenas de milhões de pessoas continua muito aquém do que exige a dignidade humana.

Ao buscarmos formas criativas para ir adiante na construção do desenvolvimento sustentável no País e no planeta, estamos lidando, na verdade, com o desafio fundamental de nossos dias: como fazer com que o extraordinário progresso científico e tecnológico sirva efetivamente aos ideais de justiça, propiciando mais bem-estar e condições de vida dignas para todos.

A participação de toda a sociedade, do Governo, da comunidade científica, das ONGs e, em particular, do empresariado é imprescindível para que possamos provocar uma inflexão em nossos padrões de consumo e de produção. É preciso pensar a empresa como parte da sociedade, engajada na solução de problemas que afetam a todos.

Essa participação envolve, por exemplo, a progressiva adoção, pelas empresas, de formas de produção mais limpas, mediante a aplicação de tecnologias que reduzam, ao mínimo, a criação de resíduos ao longo do ciclo de vida de um produto. Assim, além de ganhos para a qualidade de vida, teremos também um aprimoramento da competitividade geral da empresa.

Hoje em dia, empresa competitiva é sinônimo de empresa sustentável. A força da consciência ambiental leva o consumidor moderno a exigir produtos adequados aos padrões de sustentabilidade. É grato

notar que o empresariado latino-americano já reconhece o peso dessa nova variável para poder prosperar em uma economia globalizada.

É preciso ampliar esse esforço do setor privado, de modo a transformar a preocupação com a sustentabilidade em parte indissociável da atividade econômica.

E esse processo implica também a progressiva implementação, pelas empresas, de políticas e programas de manejo, a vigilância de produtos, a abertura e o diálogo com os empregados e com o público, a realização de auditorias ambientais e assim por diante.

Quero saudar os empresários que, sem esperar a ação governamental reguladora, passaram a adotar iniciativas voluntárias, promovendo e implementando a auto-regulamentação, com vistas a proteger a saúde humana e o meio ambiente. A responsabilidade empresarial constitui, de fato, uma das ferramentas do desenvolvimento sustentável. Iniciativas como a série de normas de gestão ambiental da ISO 14000, da qual já participa número expressivo de empresas brasileiras, indicam um compromisso do setor produtivo com essa nova noção de responsabilidade, que implica a vigilância no manejo e aproveitamento dos recursos naturais, a redução dos riscos e perigos ambientais, a minimização dos resíduos e a preservação da qualidade do meio ambiente.

Outro ponto a ressaltar é que, nesses tempos de globalização, as empresas transnacionais devem acelerar a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis para as suas filiais situadas em países em desenvolvimento.

Ao constatar a evolução do empresariado latino-americano, não quero eximir da responsabilidade os nossos governos nesse processo de consolidação da sustentabilidade, que comporta, às vezes, esclarecer e educar, outras vezes, a progressiva simplificação de exigências ou, ao contrário, a regulação necessária.

Da mesma forma que os diferentes setores produtivos podem apresentar graus diferentes de conscientização ambiental, é inegável que, em alguns setores, a sociedade avança mais rápido que o Estado e cobra deste último, legitimamente, a atualização constante e necessária.

O novo fôlego que se pretende imprimir à implementação dos compromissos de 92 demanda concertação intensa e permanente entre os vários países e grupos de países que compõem a comunidade das nações.

Até dezembro próximo, por exemplo, deverão estar concluídas as negociações de um protocolo internacional na área das mudanças climáticas, tema decisivo para o futuro do planeta. E tema sobre o qual o Presidente Figueres e eu acabamos de estar de pleno acordo, e já estamos designando as pessoas e os mecanismos pelos quais Brasil e Costa Rica atuarão, em conjunto, nessa matéria.

É certo que as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa a serem estabelecidas terão incidência sobre as atividades econômicas, especialmente no setor industrial, que usa, de forma intensiva, combustíveis fósseis, mas sabemos que os esforços em favor do desenvolvimento sustentável terão sido desperdiçados, caso não logremos conter o progressivo aquecimento do planeta.

O Brasil, que tem uma economia de porte e uma matriz energética predominantemente limpa, está pronto a dar sua contribuição a um esforço global, para combater as causas da mudança do clima, em conformidade com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Estamos dispostos a dedicar nossos melhores esforços para a promoção do consenso que permita à comunidade internacional chegar a um acordo efetivo na Convenção sobre Mudança do Clima, em Quioto.

Como parte da nossa proposta, consta o estabelecimento de um “fundo de desenvolvimento limpo” para financiar projetos em países em desenvolvimento. O fundo, expressão do princípio do “poluidor pagador”, seria integralizado com recursos dos setores público e privado dos países desenvolvidos, na medida em que estes não lograrem cumprir suas obrigações de redução de emissões de gases de efeito estufa.

A iniciativa visa a estimular os países desenvolvidos, que são os principais emissores mundiais, a proteger o clima do planeta por meio de medidas em seus territórios ou, alternativamente, pelo financiamento de atividades nos países em desenvolvimento, mediante a transferência

de recursos financeiros e tecnologias limpas, envolvendo, assim, todos no objetivo comum de reduzir a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera.

Na medida em que a variável ambiental incorpora-se definitivamente às relações econômicas internacionais, torna-se necessário adotar posição de cautela com relação à tendência de alguns países em usar a proteção do meio ambiente como pretexto para práticas protecionistas.

Noto com satisfação que esta conferência dedica um grande espaço ao debate sobre a Alca, em cujos trabalhos o Brasil e também a Costa Rica, formalmente, agora que a Presidência *pro tempore* da Alca está com o Presidente Figueres, têm tido uma participação ativa e construtiva.

Trata-se de um dos temas de maior complexidade de nossa agenda internacional, no qual a proteção do meio ambiente figura, ao lado da elevação dos padrões de vida e das condições de trabalho dos povos das Américas, como objetivo prioritário.

Como em qualquer foro de negociação que envolve o tema do desenvolvimento sustentável, a Alca dependerá, em grande medida, da participação do setor privado, tanto de empresários como de trabalhadores. Já se garantiu que os grupos de trabalho da Alca vão incorporar as recomendações do III Foro Empresarial das Américas, realizado neste ano, em Belo Horizonte, e, de agora em diante, só tende a crescer o papel do setor empresarial no processo de conformação da Área de Livre Comércio. Temos visto com otimismo a forma como vem evoluindo esse processo, pois entendemos que a Alca só se justifica se beneficiar, de maneira equilibrada, a todas as nações que participam do processo hemisférico.

Estamos vivendo um período especial na história do Brasil, caracterizado pela estabilização econômica e pela consolidação das instituições democráticas.

Felizmente, não se trata de um fenômeno isolado, mas de uma virada particularmente importante na vida de todo o nosso continente.

Formou-se um cenário muito favorável para nossas sociedades refletirem sobre os caminhos que queremos como região.

Não tenho dúvidas quanto a isso. O Brasil quer continuar crescendo de maneira limpa e sustentável, no nosso interesse e no interesse de

todos. Queremos compromissos internacionais claros e realistas na área do meio ambiente, pois não vamos aceitar pagar o preço do crescimento dos outros.

Muito Obrigado.